

26 de março de 2018

Principais Agregados das Administrações Públicas
2017 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2017 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010¹.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2017, uma necessidade líquida de financiamento de 5 709 milhões de euros, correspondente a 3,0% do PIB. Este resultado inclui o impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 3 944 milhões de euros, que determinou um agravamento da necessidade líquida de financiamento das AP em 2,0% do PIB².

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas³.

Os dados apresentados são consistentes com a primeira notificação de 2018 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2017, discriminados por subsetor:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

ANO: 2017

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
OTE	Despesa Total	88 550	66 849	11 196	23 631
OTR	Receita Total	82 841	58 318	11 784	25 864
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-5 709	-8 531	588	2 233

Nota:

Para o total da despesa (OTE) e o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

² Considerando duas casas decimais, o défice das AP foi 2,96% em 2017 e o impacto da recapitalização da CGD foi 2,04%. Em consequência, excluindo este impacto, a necessidade de financiamento das AP cifrou-se em 0,92% do PIB.

³ Este documento está disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-16-001>

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 5 709 milhões de euros em 2017, o que corresponde a 3,0% do PIB. Esta necessidade de financiamento teve origem no subsetor da Administração Central, uma vez que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas, em que os dados relativos aos anos 2016 e 2017 têm natureza provisória:

QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2016	2017
OTR	Receita Total	79 706	82 841
	Receita Corrente	78 909	82 106
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	27 347	29 028
D.61	Contribuições Sociais	21 609	22 704
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 081	19 715
D.9	Receita de Capital	796	734

A receita total das AP aumentou 3,9% (cerca de 3,1 mil milhões de euros) em 2017 face a 2016, tendo como principal contributo a melhoria da receita corrente.

A receita corrente registou um aumento de 4,1% em 2017, impulsionada pelo aumento das suas componentes com maior peso relativo: os impostos sobre a produção e a importação cresceram 6,1%, de onde se destaca a evolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), as contribuições sociais aumentaram 5,1% e os impostos correntes sobre o rendimento e património aumentaram 3,3%.

A receita de capital apresentou uma diminuição de 7,8% devido à redução das outras transferências de capital (variação de -52,5%, ou menos 229 milhões de euros), apesar do aumento das ajudas ao investimento recebidas da União Europeia (variação de 46,25%, em mais 156 milhões de euros). A diminuição nas outras transferências de capital reflete o facto de, em 2016, ter sido efetuada, pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira, a devolução das *prepaid margins* retidas aquando do desembolso do empréstimo ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira (no montante de 302 milhões de euros).

Estas variações não provocaram alterações significativas em termos do peso relativo das receitas corrente e de capital no total da receita, nos anos em análise – a receita corrente representou, em 2017, 99,1% do total, mais um ponto percentual (p.p.) que no ano anterior. O peso relativo dos impostos sobre a produção e a importação aumentou em 0,7 p.p. (de 34,3% para 35,0%), tendo o das contribuições sociais aumentado em 0,3 p.p. (de 27,1% para 27,4%). O peso relativo dos impostos correntes sobre o rendimento e património diminuiu 0,1 p.p., para 23,8% do total da receita das AP.

O quadro 3 apresenta os valores provisórios das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2016 e 2017:

QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2016	2017
OTE	Despesa Total	83 371	88 550
	Despesa Corrente	79 818	80 178
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	20 881	21 270
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	31 730	32 170
D.41	Juros	7 761	7 475
D.9+P.5+NP	Despesa de Capital	3 552	8 372

A despesa total das AP registou um aumento de 6,2% entre 2016 e 2017. Para este aumento contribuiu principalmente o incremento de 135,7% da despesa de capital, que inclui o impacto da operação extraordinária de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD)⁴, no montante aproximado de 3,9 mil milhões de euros. Sem o impacto da referida recapitalização, o aumento da despesa total das AP teria sido de 1,5%.

A despesa de capital, líquida da referida operação extraordinária, apresentou uma variação positiva de 24,7%, impulsionada pelo aumento de 22,5% (em cerca de 629 milhões de euros) do investimento (formação bruta de capital).

A despesa corrente apresentou um aumento de 0,5% entre 2016 e 2017. Esta variação foi resultado do efeito combinado do aumento das remunerações dos empregados e das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, em 1,9% e 1,4%, respetivamente, em virtude da conclusão do processo de reversão das reduções remuneratórias e de uma diminuição de 3,7% nos encargos com juros (no montante de 286 milhões de euros).

Estas variações, incluindo a despesa associada à operação de recapitalização da CGD, levaram a uma diminuição do peso relativo da despesa corrente no total da despesa das AP, de 95,7% em 2016, para 90,5% em 2017, com uma diminuição do peso relativo de todas as suas componentes – os pesos relativos das prestações sociais e das remunerações diminuíram 1,0 p.p. e 1,7 p.p., respetivamente, tendo os encargos com juros passado a representar 8,4% da despesa total, em 2017, face a 9,3% em 2016. A despesa de capital, que em 2016 apresentou um peso relativo de 4,3% no total da despesa, representou 9,5% desse total.

⁴ O destaque relativo à notificação do Procedimento dos Défices Excessivos apresenta informação adicional sobre esta operação de recapitalização.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2016 e 2017:

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2016	2017
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-3 665	-5 709
	Saldo Corrente	-909	1 928
B.9 - D.41	Saldo Primário	4 096	1 766

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP aumentou 2 044 milhões de euros entre 2016 e 2017, fixando-se em 5 709 milhões de euros em 2017 (3,0% do PIB, face a 2,0% do PIB em 2016), em resultado dos aumentos na despesa total (em 6,2%) e na receita total (em 3,9%).

No que diz respeito ao saldo primário, correspondente ao saldo global líquido do pagamento de juros, verificou-se em 2017 uma diminuição de 2 330 euros face ao ano anterior, apresentando um saldo positivo no montante de 1 766 milhões de euros.